



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MICKAELLE JÉSSICA DA SILVA SANTOS

MULHERES MÃE VÍTIMAS DA DITADURA: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS

CAJAZEIRAS — PB

2023

MICKAELLE JÉSSICA DA SILVA SANTOS

MULHERES MÃES VÍTIMAS DA DITADURA: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande — Campus de Caazeiras, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: ProP. Dr^a. Silvana Vieira de Sousa

CAJAZEIRAS — PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

S237m Santos, Mickaelle Jéssica da Silva.
Mulheres mãe vítimas da ditadura: memórias e histórias / Mickaelle Jéssica da Silva Santos. – Cajazeiras, 2023.
42f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2023.

1. História social. 2. Mulheres - Repressão. 3. Ditadura Militar no Brasil - mulheres vítimas. 4. Mulheres – mães na ditadura. 5. Dirce Machado - Comunista. 6. Amélia Teles. 7. Rosalina de Santa Cruz. I. Sousa, Silvana Vieira de. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 321.64

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

MICKAELLE JÉSSICA DA SILVA SANTOS

MULHERES MÃES VÍTIMAS DA DITADURA: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS

APROVADO em: 08/11/2023

BANCA EXAMINADORA

Silvana Vieira de Sousa

Prof.^a Dra. Silvana Vieira de Sousa
Orientadora



Documento assinado digitalmente

THALYTA DE PAULA PEREIRA LIMA

Data: 10/11/2023 08:07:57

Verifique em <https://validar.rti.gov.br>

Prof.^a Dr. Thalyta de Paula Pereira Lima
Examinadora

Nadja Claudine da Costa Claudino

Prof.^a Me. Nadja Claudine da Costa Claudino
Examinadora

CAJAZEIRAS — PB

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por não desistir de mim, e por sempre está ao meu lado, tanto nos momentos bons quanto nos ruins, e, nos obstáculos da vida, por ter me mantido de pé quando eu pensei em desistir do curso. Agradeço por todo o esforço e objetivos alcançados junto de ti Pai.

Aos meus avós José Jerônimo dos Santos e Francisca Maria dos Santos (in memoria) por todo o apoio que me deram na minha jornada antes de partirem para junto de Deus, por toda dedicação para que eu pudesse chegar aonde cheguei. Gratidão a minha tia Josefa Francisca da Conceição (Liça) e ao meu primo/irmão Jerônimo Santos por sempre terem me incentivado e apoiado.

Ao meu companheiro e amigo Reginaldo Pereira da Silva, pois sempre estive ao meu lado durante essa caminhada, por todo apoio, paciência, pelas palavras de conforto quando pensei em desistir e nas horas do cansaço na escrita dessa monografia. Agradeço também ao meu Pai, a Francisco Diogo da Silva por ter me incentivado nessa jornada universitária, as meninas da minha turma Josilene e Erika por estarem comigo desde o início da graduação, pelo apoio e amizade, foram anos difíceis, mas nós conseguimos vencer.

A professora e orientadora Dr^o. Silvana Vieira de Sousa por ter abraçado junto comigo esse trabalho, pelas horas dedicadas às correções e orientações para que ele pudesse ser finalizado. A UFCG campus do CFP minha gratidão por toda jornada de conhecimento que me proporcionou durante o curso.

“Em terra de latifundiário, a mulher pode ser tudo. Pode ser prostituta, alcoólatra, assassina. Tudo nos padrões da sociedade. Mas ser comunista era o fim da picada.” (Dirce Machado da Sili'a, ex-membro do PCB, camponesa, lutou pela posse da terra na região de Trombas-Formoso, ex-creadora em Formoso/GO e presa política da Ditadura Militar de 1964).

RESUMO

Este trabalho tem como proposta apresentar testemunhos femininos a luta contra a ditadura militar. Dessa forma, a pesquisa se voltou para a abordagem das experiências e histórias de vida de mulheres como Dirce Machado, Amélia Teles e Rosalina de Santa Cruz que resistiram contra a opressão, de forma silenciosa, tendo poucas vezes sido reconhecidas pela sociedade como sujeitos históricos. A história testemunhal escrita em livros hoje tem um grande papel de denúncia e de direito à memória de grupos ainda pouco visível no cenário público brasileiro, inclusive mulheres, onde muitas vezes são vistas como estranhas ao espaço político. A perspectiva teórica a ser utilizada, está centrada na Nova História Política, com enfoque nas contribuições que a História e memória trazem, e tem como contexto o século XX. Usamos como principal fonte documental os relatos da Comissão Nacional da Verdade e Fundação Getúlio Vargas, assim como materiais de apoio com referenciais teóricos a exemplo dos estudos que serão analisadas visando compreender o que o período em questão significou para as mulheres.

Palavras-chaves: História Social, Mulheres, Ditadura Militar no Brasil, Memória, Dirce Machado, Amélia Teles e Rosalina de Santa Cruz.

ABSTRACT

This work aims to present female testimonies to the fight against the military dictatorship. In this way, the research focused on approaching the experiences and life stories of women such as Dirce Machado, Amélia Teles and Rosalina de Santa Cruz who resisted oppression, silently, having rarely been recognized by society as historical subjects. The testimonial history written in books today has a great role in denouncing and enforcing the right to memory of groups that are still barely visible in the Brazilian public scene, including women, where they are often seen as outsiders in the political space. The theoretical perspective to be used is centered on New Political History, focusing on the contributions that History and memory bring, and has the 20th century as its context. We used as main documentary sources the reports of the National Truth Commission and Fundação Getúlio Vargas, as well as supporting materials with theoretical references such as the studies that will be analyzed in order to understand what the period in question meant for women.

Keywords: Social History, Women, Military Dictatorship in Brazil, Memory, Dirce Machado, Amélia Teles and Rosalina de Santa Cruz.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI5	Ato Institucional Número Cinco
ALN	Ação Libertadora Nacional
CNV	Comissão Nacional da Verdade
PCB	Partido Comunista Brasileiro
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
CANG	Colônia Agrícola de Ceres
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
DOI-CODI	Destacamento De Operações De Informação — Centro De Operações De Defesa Interna
MAR	Vanguarda Armada Revolucionária
CIE	Centro de Informações do Exército
ONU	Organização das Nações Unidas
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
SISSEGIM	Sistema de Segurança Interna
ZDI	Zonas de Defesa Interna
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
COLINA	Comando de Libertação Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO NA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA.....	11
CAPITULO 2 - TEMPOS DE VIOLENCIA.....	18
2.1 Contextualizando o sistema de repressão	18
2.2 Os Atos institucionais e o sistema de repressão em tempos de Ditadura.....	19
2.3. Mulheres, Militância e Repressão em tempos do Governo Militar	20
CAPÍTULO 3 APRESENTANDO AS MÃES VÍTIMAS DA DITADURA: QUEM SÃO ESSAS MULHERES QUE LUTARAM CONTRA A OPRESSÃO.	23
3.1 Dirce Machado da Silva — “uma mulher comunista na resistencia camponesa”..	23
3.2 Maria Amélia Teles — “amelinha” a filha do operário camponés.....	24
3.3. Rosalina de Santa Cruz Leite e a imprensa alternativa	25
3.4. Atuações políticas, lutas, perseguições e enquadramento	26
3.5 Os órgãos de repressão, atualidade, negacionismo e mulheres “sexo frágil”	35
coNsIDEn YçoEs riyAIs.	41
ncFEncNci/Yç BIBLIocnArIcAs.....	4z

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo central o estudo das mulheres mães vítimas da ditadura militar entre os anos de 1964 a 1955, como foco principal nas experiências vivenciadas por algumas mulheres cujo o relato e depoimento foram colhidos pela Comissão Nacional da verdade (2012, 2014) e da Fundação Getúlio Vargas (2015). As mulheres de que tratamos aqui são: Dirce Machado da Silva, Maria Amélia de Almeida Teles e Rosalina de Santa Cruz Leite, mulheres mães, trabalhadoras, esposas, militantes e que estavam sempre dispostas a fazerem parte da luta política.

O primeiro capítulo, intitulado, **Apresentação do objeto de estudo na história e na historiografia**. Onde se apresenta o tema na história da ditadura, mulheres e maternidade na condição de vítima da ditadura, os casos de Dirce Machado, Maria Amélia Teles e Rosalina de Santa Cruz. Justificamos a escolha do tema, e apresentamos o debate historiográfico e os referenciais teóricos usados que dialogam com o tema.

O segundo capítulo, **Tempos de violência**, contextualizando o sistema de repressão. Onde se é feito um apanhado dos atos Institucionais e o sistema de repressão em tempos de ditadura, e as mulheres na forma de sujeitos sociais foram enquadradas nessa forma de repressão. Apresentamos as mulheres, militança e repressão em tempos do governo militar, ou seja, como elas se tornaram vítimas em potencial da repressão.

Já no terceiro e último capítulo, **Apresentando as mães vítimas da ditadura: quem são essas mulheres que lutaram contra a opressão**. Na qual passamos a entender quem é Dirce Machado da Silva — Uma mulher comunista na resistência camponesa. Maria Amélia de Almeida Teles — “Amelinha” a filha do operário camponês Rosalina de Santa Cruz Leite — e a imprensa alternativa. E compreender as Atuações políticas, lutas, perseguições e enquadramento. E também Os órgãos de repressão, atualidade, negacionismo e mulheres “sexo frágil”

Portanto, temos como propósito compreender as lutas dessas mulheres, seus processos de maternidade durante o regime, e as memórias que ficaram em registro a partir dos seus depoimentos que foram possíveis no contexto da luta pelos seus direitos e justiça contra a violência da Ditadura Militar Brasileira, debatendo os depoimentos de Dirce Machado, Amélia Teles e Rosalina Santa Cruz.

CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO NA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA

Durante esse percurso de resistência à ditadura militar contou -se com a participação ativa e protagonista de muitas mulheres de diferentes formas, esse estudo dar destaque as resistências, as bravuras, as lutas, os dias presas em cativeiros e seus processos de maternidade, de mulheres como Dirce Machado da Silva, Maria Amélia de Almeida Teles e Rosalina de Santa Cruz Leite, militantes brasileiras, casadas, mães, trabalhadoras, proveniente de famílias de latifundiários e ferroviários. Elas estavam sempre a participarem dos movimentos de partidos, desafiando o papel da qual tinham que obedecer sem reagir a domesticidade que a sociedade da época lhes atribuía e enfrentando o machismo espalhado em toda sociedade.

Segundo o site Memórias da Ditadura, essas militantes não só na guerrilha, mas também nos partidos eram consideradas duplamente infratoras. Primeiro porque estavam ali para desafiar a ordem estabelecida na tentativa de derrubar o regime militar, em segundo lugar, por contrariarem o papel de mães, esposas e donas de casa que a ditadura e a sociedade patriarcal reservavam para elas. Rompiam assim, com o preconceito do que é ser mulher, ocupando o espaço público, a política, e até a luta armada. Por isso mesmo, quando eram capturadas pelo regime, as forças repressoras tentavam recolocá-las em seu “devido lugar” Eram chamadas de “vagabundas” e “prostitutas”

Mesmo na linha de frente as mulheres se deparavam com barreiras dentro das organizações em que participavam, no geral não absorviam a participação delas completamente. Isso se deu por que o questionamento a valores e comportamentos machistas era tratado como um tema menor. Para os homens a gravidez e a maternidade eram consideradas como algo incompatível com a militância, e mesmo por certa “divisão sexual” as tarefas revolucionárias eram diferentes. Era algo raro que elas chegassem a ser dirigentes das organizações, e por isso, em algumas vezes, elas se encarregavam das ações mais perigosas, justamente por serem menos risadas pelas forças repressoras. Muitas delas tiveram papel de destaque em combates armados contra as forças de segurança do regime.

O site Memórias da Ditadura, ainda destaca que das militantes que participaram da guerrilha urbana, aproximadamente 45 delas foram mortas ou não tiveram seus corpos encontrados até a atualidade. E quando não faziam o papel de guerrilheiras elas

atuavam como enfermeiras e professoras, a exemplo disso estão as Guerrilhas do Araguaia, onde se foi possível fazer o primeiro elo de integração com a população camponesa daquele local.

O tema do trabalho está subdividido nos aspectos espacial e temporal. Desse modo, a construção do então trabalho encontra-se delimitado da seguinte forma: **MULHERES MÃES VÍTIMAS DA DITADURA: MEMÓRIA E HISTÓRIA**. O espaço delimitado pela vertente espacial enfatiza A luta feminina de mães vítimas da ditadura a partir dos relatos da Comissão Nacional da Verdade e Fundação Getúlio Vargas no contexto histórico entre 1964 e 1985, descrevendo as características, impactos na vida pessoal, consequências a curto e longo prazo para as depoentes Maria Amélia de Almeida Teles, Dirce Machado da Silva e Rosalina de Santa Cruz Leite; e as memórias sobre essas atuações construídas posteriormente. Por outro lado, o recorte temporal para o avanço do trabalho, buscará o detalhamento desde o início da luta armada em 1964 aos dias finais nos anos de 1985, visto que ainda podemos sentir que o assunto ficou marcado na vida de muitas pessoas.

Já se passaram muitos anos da Ditadura Militar, e outros tantos se passarão e o golpe de 1964 permanecerá marcado na nossa realidade. Na sociedade contemporânea não é apenas as lembranças que estão nos artigos e livros, são, sobretudo, pesquisas a partir dessas lembranças. Dessa forma, isso faz parte do que somos, está ligada à herança do regime militar no Brasil.

No decorrer dessas pesquisas algumas referências bibliográficas foram de suma ajuda na construção do projeto. Neste inodo, a bibliografia “Desarquivando A Ditadura: Memórias E Justiça No Brasil”, da autora Cecilia McDowell Santos e Edson Teles e Janaina de Almeida como organizadores, descrevem a trajetória desse regime. Junto a essa bibliografia está “Mulheres Na Luta Armada: Protagonismo Feminino na ALN”, da autora Maria Cláudia Badan Ribeiro, que fala sobre a ação política das mulheres na retaguarda, adentra ainda mais o estudo a respeito da resistência à brutalidade levada ao extremo pelo Estado militar. Além disso, autores que pesquisam sobre a mesma temática serão ressaltados por mim nas discussões a serem feitas no referencial teórico. Levando em consideração as fontes sobre o tema que também estarão expostos no referencial.

Definida a temática, o presente estudo tem como objetivo geral: “A luta feminina de mães vítimas da ditadura a partir dos relatos da Comissão Nacional da Verdade e Fundação Getúlio Vargas no contexto histórico entre 1964 e 1985”, enfatizando como problemática a ser investigada nos depoimentos de Maria Amélia de Almeida Teles, Dirce

Machado da Silva e Rosalina de Santa Cruz Leite: as violências sofridas, os movimentos de oposição, a resistência, as torturas psicológicas e a adaptação delas à maternidade, pois muitas “deixaram” de ser mães para serem militantes e os impactos a curto e longo prazo, e as memórias sobre essa participação construída posteriormente.

Demonstrar que nesse período em nosso país a única oposição aberta ao sistema era as ações armadas de guerrilha urbana e que esses anos de enfrentamento foram ignorados até certo tempo, há uma vasta produção acadêmica renovada sobre a ditadura militar que vem sendo produzidos nos últimos 20 anos.

Já no objetivo específico será apresentado em um primeiro momento, O período da Ditadura Militar e Atos Institucionais, o enquadramento delas nesse sistema e suas clandestinidades. Em segundo, analisar, através da Comissão Nacional da Verdade e Fundação Getúlio Vargas, as formas de atuação política e suas atividades. E por fim, será analisado a partir dos testemunhos das memórias e histórias construídas dos impactos de curto prazo e consequências sofridas pelas perseguições e enquadramento em longo prazo.

Desse modo, ao ouvir falar sobre a ditadura militar no Brasil, tanto na escola quanto no meio acadêmico, surgiu à inquietação de procurar saber como a vida de mulheres que resistiram contra a opressão de forma silenciosa, tendo poucas vezes sido reconhecidas pela sociedade como sujeitos históricos. Tendo em mente, as condições políticas que se estabeleceram no país nos últimos anos e os inúmeros discursos negacionistas que estão ganhando espaço na sociedade, esses debates tornam-se muito importantes para o tema referente à ditadura militar, pois ele traz reflexões sobre a importância de conhecer a história do país de tal modo que possa impulsionar a sociedade a não repetir os mesmos erros históricos do passado.

Numa entrevista realizada pela Revista Tempo e Argumento, FICO (2013) fala sobre a ditadura militar brasileira ao mesmo tempo em que a compara com a ditadura militar Argentina, expondo que a ditadura do Brasil fora violenta, porém não tanto quanto a Argentina. Diferente da ditadura militar Argentina que mostrava explicitamente as ações agressivas dos militares, na ditadura brasileira houve censura e propaganda política, porém não eram atos explícitos, os militares não assumiam a responsabilidade dos crimes que cometiam, e assim a repressão do regime dos generais foi ocultada. Fico ainda mostra que nenhum Estado assume a existência de torturas em seu solo, com isso as torturas ocorridas no Brasil não ganharam de certo modo tanta visibilidade, pois como já fora citado acima, a repressão militar era ocultada, e nos casos que a repressão se tornava

visível o assunto era impedido de ser noticiado. Essa linha de pensamento possibilita o surgimento de uma nova perspectiva na área, por exemplo, como pensar as lutas feminista contra a ditadura civil-militar brasileira e as consequências a curto e longo prazo, e as memórias sobre essas atuações construídas posteriormente.

A obra de FICO (2007) torna-se de grande importância para o entendimento do sistema político brasileiro regido pelos militares nos anos de 1964 a 1985, trazendo um debate sobre o uso da propaganda política como um meio de enaltecer o regime, e sobretudo, ela pode esclarecer em partes o motivo pelo qual muitas pessoas, apesar de terem vivenciado o período repressor da ditadura, ainda assim demonstrarem dúvidas sobre o mesmo, e falta de entendimento sobre determinados fatos da época, mostrando o caráter ambíguo do regime, que se apropriou de meios para “maquiar” tudo o que estava acontecendo no país. Assim, esse trabalho apesar de se diferenciar um pouco do trabalho acima, por tratar de outra abordagem, ele vai apontar a necessidade de buscar entender como essas mulheres que foram violentadas e torturadas mantiveram sua resistência.

Segundo a autora Maria Cláudia Badan Ribeiro “Durante as duas últimas décadas se a temática sobre a ditadura civil-militar sanhou progresso no interior das universidades e fora dela estando presente em movimentos políticos e sociais, nas organizações de direitos humanos, e em associações de combate a violência e a tortura — questão da militância política em particular, passou a adquirir um lugar relevante nas produções acadêmicas brasileiras, em pesquisas nos domínios da literatura, da história, da sociologia, da antropologia, da psicologia e do serviço social”, (RIBEIRO, 2018 p 15)

Ribeiro ainda diz que “A ditadura civil-militar brasileira afetou a vida de muitos, transformando o cotidiano das pessoas pela modificação brutal da conjuntura política e tendo ampla ressonância na vida de muitas pessoas. Ela engendrou proximidades e afastamentos políticos e ideológicos, que no reino dos estudos das atitudes sociais, representam lugares complexos a se considerar que a aceitação do regime nem sempre denotou passividade, e onde os atos de resistência nem sempre nutriram rejeições ou desacordo com a política de Estado’ (RIBEIRO, 2018 p 15)

O espírito de resistência cresceu a partir de 1966. E começou a ser ampliado com o passar dos anos, e junto com as medidas que o programa econômico da ditadura desenvolvia a concentração da riqueza e o empobrecimento dos trabalhadores, e assim o regime repressivo não dava espaço para as exigências populares. Desse modo, o sentimento de oposição alcançou novos setores, e junto a isso se formou um amplo movimento de opinião e de militância pela democratização da sociedade.

As formas de resistência consistiam muitos em variados tons ideológicos. De liberais arrependidos por apoiar o golpe que descreviam matérias críticas aos militares e a jovens radicais da esquerda, que queriam derrubar o regime pelas armas. Mas nem sempre essas resistências se entendiam entre si, mas todas tinham críticas ao regime.

A história política é até hoje considerada uma coisa de homens, e a história da ditadura militar no Brasil é a radicalização da invisibilidade do feminino. As mulheres militantes políticas não são encaradas como sujeitos históricos, portanto, eliminadas do jogo do poder, dos relatos históricos e das documentações sobre o período.

Para Ana Maria Coiling (2004) “a história é feita por homens e mulheres a cada instante, no cotidiano de suas vidas e no palco por eles montado. Muitas dessas vivências ou atuações políticas perdem-se para sempre, acumulando-se aos silêncios, historicamente constituídas, porque a história tem sido parcial, silenciada ou escondendo sujeitos”

A luta das mulheres por emancipação é bem antiga. No século XIX elas se organizavam para combater as diferentes formas de opressão da qual elas estavam submetidas, mesmo enfrentando muitas barreiras para se afirmarem. E foi a partir dos anos 1960, que a situação da mulher brasileira acompanhou o processo de industrialização e urbanização pelo qual o país passou desde a Segunda Guerra Mundial, mudança que foi influenciada pelos ventos do movimento feminista que tomava força em outras partes do mundo.

A tradição patriarcal e machista da sociedade brasileira foi aliviada nessa época com questões referentes às mulheres: como direito ao estudo, ao trabalho, à participação política, ao uso de contraceptivos. Ou seja, a busca por seus direitos individuais e coletivos para que tivessem a garantir de condições de cidadania plena.

Para aqueles conservadores, as mulheres deveriam cuidar somente do espaço privado, da educação dos filhos, da ordem doméstica de trabalhos manuais e deveriam cuidar de sua honra vestindo-se adequadamente, e tinha que saber se comportar com recato.

Dessa forma, as mulheres não seguiam essa tradição patriarcal e passaram a atuar na linha frente contra a ditadura, e assim ao serem pegadas pelo regime sofriam punições diferentes. Segundo o Site Memórias da Ditadura descreve que “A própria tortura das mulheres era diferente daquela destinada aos homens. Para além das perversidades que eles sofriam, elas foram alvo sistemático de violência sexual. Muitas grávidas sofreram abortos forçados durante as sessões de tortura. Em outros casos, eram aplicados choques

elétricos em seus órgãos genitais com ameaças de que não conseguiriam mais engravidar, foram estupradas por vários agentes do estado. Nem as crianças eram poupadas do terror, algumas mulheres foram torturadas em frente a seus filhos ou foram impedidas de amamentá-los. Crianças também foram torturadas física e psicologicamente para atingir suas mães”

E ainda diz que “Não foram apenas as jovens mulheres de classe médias e universitárias que se organizaram durante o regime militar. A rápida urbanização das cidades brasileiras, sobretudo da cidade de São Paulo ocupada por migrantes vindos do Nordeste, de Minas Gerais e do interior paulista, fez expandir a organização às periferias. As comunidades começaram a ver surgir lideranças femininas que percebiam as dificuldades socioeconômicas e políticas a partir das dificuldades de seu cotidiano e se reuniam nos inovamentos de bairro”

O site ainda dizer que além de militantes de base e lideranças políticas das organizações de esquerda, elas tinham outras facetas que se tornaram importantes na luta pela anistia e pelos direitos humanos, que eram o de companheiras, mães, filhas, irmãs, que eram organizadas nas mais diversas formas de luta, procurando por maridos, filhas e filhos, pais, irmãos, incansáveis diante dos portões dos presídios, nos é despertado a curiosidade de buscar entender como vivenciaram o período da ditadura militar, trazendo um novo recorte de espaço e de tempo.

Portanto, através desses trabalhos é possível ressaltar a importância de se estudar a memória dessas mulheres no contexto da ditadura militar, tendo em vista a necessidade de contribuir com mais estudos acadêmicos referentes à ditadura militar, já que existem estudos nesse âmbito. A fim de trazer mais contribuição nos estudos sobre a temática, a pesquisa vai tentar entender quais os impactos do período regido pelas militares, buscando identificar as violências que viviam dentro das prisões, para assim perceber a consciência do momento político e social que aquelas mulheres tinham posteriormente.

Para finalizar, destaco que essas mulheres militantes têm uma comovente história contada, onde as falas dão lugar aos testemunhos e suas memórias que estão ligadas com as angústias, a coragem, a generosidade, a sutileza, a criatividade, as gestões, os sentimentos e os temores com que encerraram os “anos de chumbo”, e ainda dão ênfase as prisões e as perseguições.

CAPÍTULO 2 - TEMPOS DE VIOLÊNCIA

2.1 Contextualizando o sistema de repressão

Os anos de Ditadura Militar foi o período da nossa história que se estendeu de 1964 a 1985. O regime que se instaurou no poder de nosso país por meio de um golpe organizado tanto por classes militares quanto civis. E o então golpe apontou a derrubada do presidente João Goulart e deu início a um período de 21 anos marcado pelo autoritarismo e pela repressão realizada pelo Estado. Terminou em 1985, quando Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil.

No final de março de 1964, civis e militares se reuniram para derrubar o então presidente João Goulart, para que pudessem realizar um golpe de Estado, onde foi tramado dentro e fora do país Uma “aliança” feita antes do golpe, por meio de uma trama no país gerando uma crise política que teve como acontecimento marcante o suicídio de Getúlio Vargas em 1954. No pré-golpe Jango que estava no poder desde 1961, enfrentou a crise a partir de sua posse, e como gestão de seu governo prometia reformas sociais, econômicas e políticas, onde o Brasil deveria se tornar um país menos desigual e mais democrático.

João Goulart, também conhecido como Jango, foi um político de naturalidade gaúcha, já vinha de uma descendência na político brasileiro durante o período de 1950. Jango era um trabalhista muito conhecidos no Brasil e também era considerado como um dos sucessores de Getúlio Vargas. Já em agosto de 1961, uma crise política levou Jango a presidência. E assim assumiu a presidência após renúncia de Jânio Quadros. Como o mesmo era vice, a Constituição demandava que ele tomasse posse do cargo, e isso aconteceu em 7 de setembro de 1961. E com isso as tensões que já existiam no Brasil aumentaram com o projeto de reformas que ficou conhecido como Reformas de Base.

As Reformas de Base foi um projeto da qual definia as reformas estruturais no país, o seu objetivo era a redução das desigualdades que existiam e, a partir disso, podia garantir o desenvolvimento do país. Logo gerou uma insatisfação, e sobretudo a reforma agrária, projeto que garantia acesso à terra aos despossuídos e prejudicava interesses de grandes proprietários de terra.

O fim da ditadura militar se deu em 1985 após uma eleição indireta para presidente, onde o candidato dos militares era Paulo Maluf e o candidato da oposição era

Tancredo Neves. E com a eleição de Tancredo Neves e seu vice, José Sarney, a ditadura militar chegou ao fim e deu início a um novo período democrático na história brasileira.

2.2 Os Atos institucionais e o sistema de repressão em tempos de Ditadura

A ditadura militar foi estabelecida através de um golpe de Estado em 1º de abril de 1964, onde se aproveitou de meios extraordinários para perseguir, deter, torturar e assassinar aqueles que resistiam ao regime. Todo indivíduo que era considerado “suspeito” crítico do governo, era acima de tudo, um possível revolucionário e, portanto uma ameaça.

Desse modo, foi um período da política no Brasil em que a violência contra os direitos humanos foi oficialmente estabelecida em larga escala, através da prática da emissão de atos Institucionais (AI), os quais legitimavam as ações políticas dos governos militares. Fundamentados na justificativa de combater a corrupção e a subversão, foram impostos entre os anos de 1964 e 1969, 17 AI acompanhados de 104 atos complementares, conferindo um poder quase absoluto ao Executivo.

O Ato Institucional Nº 2, emitido em outubro de 1965, estipulava que as eleições presidenciais seriam indiretas e expandiu o alcance da Justiça Militar aos civis, além de extinguir todos os partidos políticos. Também permitiu ao Executivo fechar o Congresso Nacional quando assim desejasse. Segundo as autoras Betânia Maria Ramos da Silva e Inez Stampa (2021), isso na prática, resultou na existência de apenas dois partidos políticos: um alinhado com o governo, chamado de Arena (Aliança Renovadora Nacional), e outro que se posicionava como oposição consentida, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Cabe destacar que o MDB tinha o papel de fazer oposição sem contestar o regime.

As autoras ainda descrevem que durante o regime militar, ocorreram detenções, torturas, assassinatos e exílios. Conforme mencionado anteriormente através dos Atos Institucionais, foi estabelecida a legalidade da censure, perseguição política, homicídios, desaparecimentos, prisões sem justificativa, completa supressão dos direitos constitucionais e repressão àqueles que se manifestavam contra o regime ditatorial, resultando em uma ausência total de democracia.

2.3. Mulheres, Militância e Repressão em tempos do Governo Militar

Durante o período de maior poder do regime militar no Brasil, o movimento feminista brasileiro, chamado de “segunda onda” (MEDEIROS, 2018), ressurgiu a partir dos anos sessenta e setenta. Ele se une ao conjunto de movimentos sociais que combatiam o regime ditatorial e, simultaneamente, denunciavam as diferentes formas de opressão que as mulheres sofrem na sociedade. O movimento segunda onda feminista foi o ressurgimento de movimentos apoiado por mulheres brasileiras que estavam na luta por direitos de cidadania quando o Brasil passava por seu processo transição democrática no final dos anos 1970.

As mulheres sempre estiveram presentes nos movimentos de oposição e de mobilizações ao longo da história. Nos anos da ditadura isso não foi diferente. Elas estiveram presentes e resistiram de várias formas. Como afirma Teles (2014), elas foram à luta de forma autônoma e por vontade própria, tanto nas greves operárias, nos movimentos populares, nas periferias como nas áreas rurais. Muitas delas viveram na clandestinidade, onde precisaram escolher pela invisibilidade nos momentos em que eram perseguidas. Durante a chamada repressão elas enfrentaram os riscos de sequestro, tortura, morte e do então desaparecimento forçado.

As mulheres do campo progressista ou mesmo da esquerda não se encontravam organizadas de maneira autônoma e consciente na defesa dos seus próprios direitos, o que possibilitou que as forças mais retrógradas não encontrassem dificuldades para se aproximar das mulheres das camadas populares, atemorizando-as com os perigos demoníacos dos comunistas. (TELES, 2014, p. 11)

Segundo Teles (2014), elas foram violadas em seus direitos humanos básicos e fundamentais. A tortura psicológica e física foi um dos instrumentos utilizados por membros do governo e por grupos militares como forma de mostrar quem estavam no comando, que podiam controlar a população. A tortura foi aplicada no Brasil indiferente da idade, gênero ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividade subversiva.

As mulheres que estavam à frente dos movimentos eram consideradas duplamente infratoras. Em primeiro momento, por que desafiaram a ordem estabelecida, na qual a tentativa era de derrubar o regime militar; em segundo, por contrariarem o papel de mães, esposas e donas de casa que a ditadura e a sociedade patriarcal reservavam para elas. Ou

seja, rompiam com todos os estereótipos do que é ser mulher, pois as mesmas estavam ocupando o espaço público, a política, e até a luta armada. Desse modo, quando eram capturadas pelo regime, as forças repressoras tentavam coloca-las em seu “devido lugar”. Eram chamadas de “vagabundas” e “prostitutas” e ainda eram obrigadas a ficarem nuas em frente aos agentes, esses que eram sempre do sexo masculino. Quando encarceradas, depois da tortura, eram tratadas com total rigidez (MERLINO; OJEDA, 2010).

Conforme Merlino e Ojeda (2010, p. 17) mostram:

1 Para fazer de uma mulher vítima de tortura é preciso não apenas que seu algoz retire dela toda a sua dignidade como ser humano, mas que destrua sua humanidade feminina”, que retire do corpo a ser supliciado qualquer traço de relação com os outros corpos femininos que o remetam ao aconchego e ao afeto matinal [1s (Merlino e Ojeda, 2010, p. 17)

Neste sentido, podemos observar o relato de uma das vítimas civil, Rosalina Santa Cruz, que diz: “Que foi presa em 1971, em decorrência do trabalho com camponeses da baixada fluminense. Onde sobreviveu a 52 dias de tortura, com choques no corpo todo, pau-de-arara. Mas, quando presa, pela segunda vez, os policiais pegaram seu filho de cinco meses e ameaçaram de jogá-lo pela janela”

De acordo com Teles (2015), os chamados agentes do Estado ditatorial utilizaram-se da condição feminina para provocar todo o processo de repressão contra a população, até mesmo para que pudessem executar os sequestros, as torturas e os assassinatos.

As torturas que foram utilizadas são consideradas como método covarde e desprezível pela ditadura militar. Pois deixou sequelas irreparáveis tanto naqueles que foram brutalmente torturados, como também nas famílias que até hoje não sabem dos corpos das vítimas. Para Alves (1985, p.205) “a tortura cria um efeito demonstrativo capaz de intimidar os que têm conhecimento de sua existência e inibir a participação política” Assim foi possível criar uma cultura do medo pela qual privar-se a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política. Essa cultura era composta por três componentes psicológicos: o silêncio imposto à sociedade pela rigorosa censura; o profundo sentimento de isolamento naqueles que sofriam diretamente a repressão ou exploração econômica; e o sentimento de total desesperança que passou a prevalecer na sociedade (ALVES, 1985, p.205-206).

Portanto, as mulheres que foram presas políticas estavam sempre ligadas a algum tipo de organização política, seja de forma clandestina ou em organizações e entidades abertas de esquerda ou não. Muitas também preferiram a utilização de armas, a inclusão delas na luta armada foi resultado da reivindicação das próprias mulheres que, já naquela ocasião, travavam intensos debates sobre o seu ingresso nessas organizações de esquerda (TELES, 2015, p. 71-72).

De acordo com Ridenti (1990, p. 42), “a participação feminina nas esquerdas armadas era considerado um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher que era restrita somente ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que viviam em função do mundo masculino”

A luta armada é considerada um dos principais meios de oposição à ditadura militar Brasileira. Onde os grupos de guerrilha intensificaram sua força principalmente após o ano de 1967, com o AI-5, que estimulou o aumento da repressão por parte do regime.

Além disso, é possível afirmar que houve várias lutas que tiveram um papel hegemônico no enfrentamento à ditadura, e que, nestas lutas, as mulheres estiveram sempre presentes, militantes como Maria Amélia de Almeida Teles, Dirce Machado e Rosalina de Santa Cruz, que serão citadas com seus depoimentos de vítimas da ditadura no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - APRESENTANDO AS MÃES VÍTIMAS DA DITADURA: QUEM SÃO ESSAS MULHERES QUE LUTARAM CONTRA A OPRESSÃO

Dirce Machado da Silva, Maria Amélia Teles e Rosalina de Santa Cruz Leite, mulheres militantes que foram vítimas e estiveram presentes vivenciando na própria pele as dores que a ditadura causou. Como citado anteriormente, a Ditadura Militar Brasileiro foi estabelecida por meio de um golpe de Estado em 1º de abril de 1964, onde se utilizou de ferramentas consideradas excepcionais e inconstitucionais para perseguir, prender, torturar e matar aqueles que eram contra o crítico do sistema de governo e ao regime de opressão.

O período da ditadura militar foi firmado, em grande escala, com a violação de direitos humanos por meio dos Atos Institucionais (AI) que legalizaram ações políticas do governo militar, como a censura. Os anos de chumbo chegaram ao fim em dia 15 de janeiro de 1985, quando Tancredo Neves foi eleito presidente do país. Esta data encerrou um período de 21 anos de regime militar no Brasil.

Na história da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), as mulheres estiveram presentes em movimentos de contestação às perdas de direitos e às inúmeras violências do Estado, organizando-se em partidos e movimentos sociais, atuando junto às massas. Por sua vez, também se registraram ações das militantes que saíram às ruas para pedir a deposição do presidente João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964).

Nesse capítulo apresentaremos essas mulheres mães e militantes, suas atuações, lutas, perseguições, enquadramento e a maternidade dentro da militância, para assim entendermos quem eram essas mulheres e como iniciaram suas ações políticas.

3.1 Dirce Machado da Silva — “uma mulher comunista na resistência camponesa”

Dirce Machado nasceu em 4 de setembro de 1934, na cidade de Rio Verde, em Goiás. É filha e neta de camponês, seus pais viviam de arrendo, um sistema de meia, onde tudo que era produzido tinha que haver uma divisão, a metade era do patrão e outra metade era para as despesas, e o que sobrava era para sobreviverem. Seu pai contava com um salário dos dias trabalhado de forma extra, ou seja, o dia que o mesmo não estava trabalhando na sua própria roça fazia trabalho para o patrão e tinha o salário daquele dia.

Dirce e sua mãe faziam todo trabalho pesado da fazenda sem salário. A mesma sonhava em ter um pedaço de terra que fosse deles. (CNV, 2012)

Aos quatorze anos Dirce começou a ter contato com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Quando completou seus quinze anos mudou-se para Goiânia e tornou-se militante profissional do Partido. Tempos depois, pediu para ser transferida para a base do Partido em Ceres e começou a militar junto ao movimento camponês, na Colônia Agrícola de Ceres (CANG). Aí conheceu e se apaixonou por José Ribeiro, também líder camponês e militante comunista. Os dois se casaram em outubro de 1954 e se mudaram para Trombas um mês depois, para auxiliar na organização dos camponeses. Durante a Revolta, ajudou a organizar os camponeses, principalmente as mulheres, criou escolas e fazia atendimentos à saúde da população.

Segundo Ana Carneiro e Marta Ciocari em *fieirafo da Rej>re.ssñu P< lític'a itr CrønJ>o — Brazil 1962-19d5 — Campone.Yes forrunndr>.s, inorfri.s e desaj>arec'id>os*, publicado em 2011, Dirce Machado, a filha de arrendatários explorados nas terras de Rio Verde, Goiás, alcançaria mais tarde um importante papel na resistência de um dos principais movimentos de posseiros do país, sua história é considerada tão cheia de encantamento e horror que mal caberia em um só roteiro de ficção. E foi assim desde o despertar para a vida política, quando a mesma, ainda criança, viu-se designada à tarefa de queimar os livros de seu tio comunista. Era 1945 e o Partido Comunista entrava na ilegalidade. Ela obedeceu à incumbência familiar, com exceção de um único título, que lhe agradou especialmente: chamava-se *0 Ca 'aleiro da Esj>eranc'a*, escrito por Jorge Amado.

3.2 Maria Amelia de Almeida Teles — “amelinha” a filha do operário camponês

Amélia nasceu em Contagem em Minas Gerais, no dia 6 de Outubro de 1944. Seu pai era ferroviário, e também foi estivador na cidade de Santos em São Paulo. Com quatro anos de idade se mudou junto de seus pais para Santos, onde passou boa parte de sua infância, enquanto seu pai trabalhava no porto. E foi nessa cidade que aprendeu o que era política. Seu pai era estivador e também era do sindicato. Para Amélia havia muita luta política em Santos. E que só depois que ela tomar um pouquinho mais de consciência, do por que todo mundo falava que Santos era considerada a Moscou brasileira, a cidade vermelha, e de que lá tinha muito comunista. Então a mesma teve uma história em Santos, bem antes de 1964. (FGV, 2015. p. 3-4)

A mesma foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Foi presa em 28 de dezembro de 1972, foi levada à Operação Bandeirantes (Oban), que foi uma ação coordenada de inteligência militar durante o regime militar brasileiro, com início em 1969, e seu objetivo era a repressão a grupos de oposição e movimentos sociais. A mesma foi exposta a sessões de torturas, que segundo Amélia em seu depoimento essas torturas foram realizadas, pessoalmente, pelo então major do exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo, órgão de repressão subordinado ao Exército brasileiro que atuou durante a ditadura implantada após o golpe militar de 1964.

Seu marido Ccsar Augusto Teles e seu companheiro de militância Carlos Nicolau Danielli também foram levados ao órgão de repressão. Amelinha testemunhou o assassinato de Danielli. Seus filhos, Edson e Janaína, com 4 e 5 anos de idade, também foram sequestrados e levados à Oban, onde viram os pais serem torturados. Feminista, participou do Jornal Brasil Mulher na década de 1970. (FGV, 2015. p. 12-13)

3.3. Rosalina de Santa Cruz Leite e a imprensa alternativa

Rosalina de Santa Cruz Leite, ou Rosalina Santa Cruz, nasceu no dia 08 de dezembro de 1945 em Recife, mais cresceu em Olinda. Já no final da década de 60, mudou-se para cidade do Rio de Janeiro, onde juntamente do seu companheiro foi presa pelo Deops/RJ no dia três de dezembro de 1971 por conta de sua militância na Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) foi um grupo formado em **1969** pela união entre a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Comando de Libertação Nacional (COLINA) no contexto de grande perseguição policial contra os grupos de oposição ao regime militar iniciado em 1964. A mesma ficou presa por mais de um ano, aonde chegou a passar por diversos cárceres da capital fluminense. Saiu da prisão em janeiro de 73, mudou-se junto do seu companheiro para cidade de São Paulo e continuou sua militância na VAR-Palmares. Rosalina perdeu seu irmão Fernando Augusto de Santa Cruz, em fevereiro de 1974, que também era militante, o mesmo foi dado como desaparecido. (CNV. 2014)

Segundo depoimento, em decorrência da incansável busca por informações do paradeiro de seu irmão, Rosalina foi novamente presa no dia nove de abril de 1974 e levada para o DOI-Codi/SP onde foi torturada, sofrendo um aborto em decorrência das agressões. Posta em liberdade, retornou a luta para encontrar o paradeiro de seu ente através da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos da Cúria Metropolitana de São

Paulo. Em 1974, participou de uma reunião entre familiares e o General Golbery do Couto e Silva em Brasília e da CPI da Tortura em 1978, quando denunciou aos parlamentares as torturas sofridas durante suas duas prisões e sobre o desaparecimento de Fernando. Formada em assistência social, atualmente é professora da PUC-SP, militante feminista e ativista dos Direitos Humanos.

3.4. Atuações políticas, lutas, perseguições e enquadramento

Segundo Teles (2014) A ditadura usou da violência contra mulheres e homens que procuraram resistir em defesa dos ideais de democracia e liberdade. Houve também mulheres que tomaram na luta por estes ideais e, que hoje, sua memória orgulha a todas/todos nós. Elas tiveram que romper barreiras criadas em diversos espaços, como da família, da religião, do mercado de trabalho, da escola, da sociedade em geral, e, muitas vezes, tiveram que enfrentar os próprios grupos de esquerda que não acreditavam na capacidade delas que era de resistir, lutar e decidir os rumos políticos da luta.

Teles ainda cita o historiador Eric Hobsbawm onde o mesmo diz que o século XX foi o século das mulheres. E no Brasil, já antes e durante a ditadura militar, as mulheres representaram o segmento da população que mais apresentava mudanças nas suas relações sociais, no trabalho, na família, nas relações com os homens e nas questões políticas. Isto trouxe mudanças no seu comportamento e na sua subjetividade, possibilitando a inserção de novos valores e novas perspectivas.

A militante Dirce Machado uma das personagens desse trabalho, em seus anos de luta antes da ditadura militar, foi designada a ir para a região de Trombas e Formoso no Goiás pelo partido Comunista no começo dos anos 1950 ao lado de outros três militantes do partido, na qual o objetivo era ajudar as famílias de posseiros a resistirem às investidas de grileiros que tentavam se apropriar das terras que haviam sido ocupadas pelos camponeses. A região de Trombas e Formoso ficou conhecida por conta da Revolta que ocorreu em 1950, e foi um dos importantes conflitos camponeses do país, por seu protagonismo e organização política e social, e que visavam a conquista do título das terras mediante embate com grileiros e o Estado.

Conforme coletamos na leitura do texto *Ser Mulher Comunista: Dirce Machado, A Cultura E Política Comunista E A Revolta Camponesa De Trombas E Formoso (1955 — 1964*, das autoras Ana Júlia Sousa Marinho; Luiza Louback Fontes; Martha Rebelatto

e Paula Elise Ferreira Soares, a orientação partidária daquela época era a de defender o investimento do trabalho político comunista da qual faziam parte o meio rural e a articulação de ações mais radicais de entretamento ao latifúndio, especificamente, a luta armada. Após chegarem a Trombas e Formoso os militantes tinham uma missão que era de avaliar o potencial revolucionário do conflito que havia sido iniciado pelos posseiros, além disso, tinham também de promover treinamento militar da qual poderia existir um curto e médio prazo, onde em curto prazo poderia garantir as terras aos posseiros e, no médio, eles acreditavam, que viabilizavam o surgimento de certa "faísca" revolucionária

Dirce adentrou no PCB quando tinha seus 14 anos, no final da década de 40. Como já dito anteriormente é filha de trabalhadores rurais, a mesma encontrou no partido a possibilidade de estudar, e de conhecer novas regiões e, principalmente, forma uma trajetória de vida aonde rompia com os padrões de feminilidade no meio rural brasileiro. Dessa forma, ao chegar a Trombas e Formoso em 55, Dirce chega a se indignar com as péssimas condições de vida que as famílias dos posseiros, em especial as mulheres, que eram de miséria, eram submetidas a violências físicas e psicológicas pelos homens daquela região.

O estudo continua informando que Dirce então organizou um trabalho político junto a um grupo de donas de casa, onde se dedicou a ensiná-las desde o que era higiene até a ideologia comunista. As mulheres posseiras que se uniram a Dirce formaram um grupo de guerrilheiro da qual possuíam destaque na atuação da revolta de Trombas e Formoso e foi assim que, começaram a exigir, do que para elas era além do acesso à terra, uma nova postura por parte dos homens da região. Ao ocupar-se da organização política das mulheres do norte de Goiás, o objetivo era libertá-las da opressão masculina e agrária, Dirce utilizou-se do repertório cultural que foi partilhado com os comunistas pelo PCB acerca da questão feminina e foi, nesse método, que reafirmou sua própria identidade de gênero. A atuação dela em Trombas e Formoso poderia ser compreendida, portanto, como parte do trabalho político feminino desenvolvido pelo PCB entre os anos 1940-60.

Dessa forma, na década de 50, no norte de Goiás, certa resistência popular mudou a história do Estado. Uma resistência que tinha, entre Trombas e Formoso, mulheres e homens lutadores sociais, mas também tinham os grileiros interessados em aniquilar famílias inteiras para vender as terras que deveriam pertencer às famílias.

Portanto, uma vez no partido, Dirce estudou, e passou a ajudar na organização da Juventude Comunista, também participou da vida política no centro urbano do estado, mas isso era insuficiente para que se sentisse feliz e militante, ela tinha o sonho de ter seu próprio chão de terra, e com isso foi incumbida de organizar a resistência em uma das regiões de Formoso, onde liderou um dos acampamentos da região, ela tinha que cuidar da segurança de todas aquelas pessoas que ousaram em lutar. Também ajudou a formar o Conselho de Mulheres, conselho este que teve destaque por dar assistência às casas dos posseiros que estavam no piquete, levavam comunicados da direção, administravam os mutirões, auxiliavam as mulheres grávidas, e com os filhos pequenos ou aquelas que não podiam trabalhar e, até mesmo, guardar a entrada de Trombas, que era o centro da revolta.

Conforme foi instalada a Ditadura Militar Brasileira em março de 1964, Trombas que se destacava por ter sido um local de resistência dos posseiros, passou a sofrer um violento golpe das perseguições. Os anos que por si só foram sombrios abalaram a realidade militante que nos deram referências de luta pela terra como Zé Porfírio e, principalmente, Dona Dirce Machado da Silva. Desse modo, logo após o golpe militar de 64, a região de Trombas e Formoso foi invadida pela polícia e pelo Exército e o grupo inicial que era o mais atuante passou a viver na clandestinidade. A operação resultou na prisão e tortura dos camponeses e de líderes comunistas daquela região. Em 71, a região foi mais uma vez invadida e a repressão foi mais violenta, e isso resultou na prisão de dezenas de posseiros, e na detenção de seus líderes mais conhecidos, entre eles o que mais se destacava era José Porfírio de Souza, onde o mesmo foi o primeiro deputado camponês da história do Brasil. Assim, havia a desconfiança por parte da polícia e do exército de que havia ligações entre o movimento de Trombas e Formoso e a Guerrilha do Araguaia. Dirce Machado da Silva, seu marido, José Ribeiro da Silva, e seu irmão, César Machado da Silva, foram presos e torturados por agentes da repressão para que pudessem revelar o paradeiro de José Porfírio. Ela afirma em depoimento à Comissão Nacional da verdade que:

Eles me bateram e disseram: Se você não disser onde está o José Porfírio eu mato seu marido e seu irmão” E me xingaram de vários nomes Eu respondi

‘Não digo porque não sei. li se soubesse também não diria’ Daí eu quis morrer. Reuni todas as minhas forças e dei um tapa no soldado, que cambaleou. Então ele me deu um “telefone” e eu desmaiei. Acordei toda molhada de cachaça e vômito. (Depoimento de Dirce, CNV. 2012)

Resistir aos espancamentos, torturas tanto físicas quanto e psicológicas vai além dos confrontos e da luta ideológica. Para estes casos de Dirce, seu esposo e irmão, a ideia de resistência está conectada à desobediência. Esteves (2007) problematiza o termo “resistência” ao estudar a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso Para o autor, o termo “resistência” está além da ideia de lutar contra um dominante inais forte e também tem um caráter ofensivo e ativo. Isso são conceitos que podem ser aplicados aos grupos que resistiram e promoveram ataques contra a Ditadura Militar.

Já a militante e também vítima civil Maria Amélia de Almeida Teles, mais conhecida como Amelinha, mineira de Contagem — MG, sua militância política teve início no ano de 60, quando ainda era jovem e aderiu ao PCB por influência de seu pai. Foi presa em 1964, junto com sua irmã mais jovem Criméia, isso ocorreu logo após o golpe militar, no Quartel do Barro Preto na capital mineira, onde as mesmas permaneceram detidas por duas noites acusadas de subversão.

Em 68, com a divisão interna do PCB, as irmãs, que viviam em situação de clandestinidade desde 65, tomaram a decisão de aderir ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), elas tinham uma convicção de que era necessária uma luta armada como forma de resistência diante da conjuntura política daquele período. Amelinha, casada com o militante César Teles, passou a atuar junto à imprensa do partido “Eu fazia o jornal Classe Operária. Se tiver alguma matéria sobre mulher, foi eu que escrevi”, lembrou Amelinha. Amelinha ainda foi presa pela segunda vez em 72, passou 10 meses reclusa e ainda passou pelo DOI-COVID, DEOPS, Presídio do Hipódromo e pela Casa do Egresso.

Em sua segunda prisão, Amelinha, César e Carlos Nicolau Danielli, que era dirigente do Partido Comunista, que eram os companheiros de militância, foram então capturados pela equipe da Operação Bandeirantes (Oban). A Oban foi criada com o intuito de centralizar as investigações e a destruição das organizações de esquerda, sejam elas armadas ou não, sob a direção do Centro de Informações do Exército (CIE).

O seu principal objetivo era dar mais eficiência à repressão, coordenando os diversos aparelhos policiais, como militares e civis e as Forças Armadas, e assim se tornou o principal centro de torturas e mortes. Após a sua soltura, Amelinha deu continuidade à sua militância política, que tem como principal bandeira o movimento feminista e a busca pelos mortos e desaparecidos políticos.

Amelinha viveu na clandestinidade por alguns anos. E todos aqueles com quem militou na imprensa foram mortos pelo Regime Militar. Até hoje alguns deles não foram sepultados. Por conta das prisões e da clandestinidade os seus filhos foram levados para um centro de torturas clandestino em Belo Horizonte, e após seis meses de incomunicabilidade, pediu ajudar de um advogado para que procurassem seus filhos. Durante a ditadura a sua principal atividade era a imprensa clandestine.

Amelinha era do grupo responsável pela edição da Classe Operária, que era um jornal do PCdoB, e também contavam com outras publicações a respeito da América Latina, como também questões mundiais, as reforma agrária, e questões políticas que se referiam ao processo da ditadura. Amélia começou a participar na comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos na ditadura, participou também do movimento feminino pela anistia e ainda passou pelo movimento feminista pela anistia.

Em 1975, era declarado pela Organização das Nações Unidas - ONU como o Ano Internacional da Mulher. No Brasil, as que viviam sob a forte repressão militar, começam a criar grupos e também a se organizarem cada vez mais em movimentos. A exemplo está o Movimento do Custo de Vida, onde grupos de mães da periferia pediam o congelamento dos preços de produtos que eram de extrema necessidade, e isso incluía também a criação de creches e o reajuste salarial que tinha que ser de acordo com a inflação. E foi nesta conjuntura que foi criado o *Brasil Mulher*, um marco da luta feminista e da resistência à ditadura militar no Brasil. O *Brasil Mulher* é um jornal feminista. Que tinha seu posicionamento à esquerda, e tinham como proposta dialogar com mulheres da classe trabalhadora, da qual a perspectiva era de fortalecer a auto-organização e também de ampliar a consciência feminista.

Segundo o site Brasil de Fato a conjuntura de intensa movimentação política da época justificava o fato de que outras mulheres que passaram a fazer parte do jornal viessem da militância e da luta armada. E entre elas, estava Maria Amélia de Almeida Teles - a Amelinha, que militante do PCdoB.

O mesmo site, Brasil de Fato, ainda cita que a primeira edição do *Brasil Mulher* não trouxe a palavra “feminismo”, e isso aconteceu devido à resistência que existia em volta do termo e ao mero fato de que algumas das participantes do jornal não se considerarem feministas. Amelinha explica que, “Era um termo pejorativo, ridicularizado e amedrontador também. Muitas mulheres tinham medo de se declararem feministas e serem mal vistas até pelos homens de esquerda, porque havia uma rejeição enorme”

Uma outra militante, que também é apresentada nesse trabalho, Rosalina de Santa Cruz Leite que também fez parte do jornal *Brasil Mulher* ao lado de Amelinha diz que o jornal “a ditadura achava que as mulheres não faziam uma luta tão importante” e, por isso, a censura ardia menos. E, por ser um periódico que não chamava tanta atenção do governo militar, o jornal corria em apoio a outros veículos independentes, quando eles eram alvo de censura.

Rosalina de Santa Cruz ao lado de Amelinha resolveram contar a história do feminismo no Brasil entre os anos de 1975 a 1980, isso ocorreu através da releitura dos jornais “Brasil Mulher” e o “Nós Mulheres” e da reflexão sobre a própria vivência feminista, com elaboração do livro “Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)”, é possível compreender o quanto as mulheres que lutaram e se associaram de corpo e alma contra a ditadura civil-militar tinham suas características irreverentes, e também tinham no sangue a paixão e a rebeldia da resistência.

Rosalina diz em uma entrevista para Ana Inês Simões C. de Melo e Monica de Jesus Cesar, que tem como título *Re.salina Saitta Crn<•: Uma trcijeturin radíc'al de lutas e resistência*, que essas mulheres que, com muita ousadia, se auto intitulavam feministas, quando ser feminista era considerado “coisa de mulher feia ou mal amada” Contam que “fomos protagonistas da retomada do feminismo dos anos de 1970, e que adotavam novas forma de pensar e de fazer política, buscando politizar as relações do cotidiano e assim transformar a qualidade das relações entre mulheres e homens. Lutavam, também, por liberdades democráticas, pela Anistia e pelo fim da ditadura militar — bandeiras e lutas que caracterizavam a chamada “segunda onda” do feminismo no Brasil (1975 a 1989). Impulsionavam também, através do feminismo, a luta pela emancipação humana, e por uma sociedade socialista de mulheres e homens livres, e pelos direitos sociais e liberdades democráticas.

Obrigada por mc fazer rcvcr trajetórias. Quando juntas. Amelinha Tccls c cu, rcsolvcmos contar a história do feminismo no Brasil de 1975 a 198(L- através da releitura do j. •nais Brasil Mulher’ e o “Nós Mulheres” e da reflexão sobre a nossa prtípria s'ivência feminista, com o livro “Da guerrilha à imprensa fcmínista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975- 1980)” – comprcndemos o quanto as mulheres que lutaram contra a ditadura civil- militar e sc associaram de corpo c alma a luta fcmínista caractcrizavam- sc pela irrxc'ercncia, a paixão e a rebeldia da resistência. (ROSALINA SANTA CRUZ

– MELO, A. I. S. C: CESAR. M. J. 2022 p. 289)

Segundo Rosalina de Santa Cruz Leite em *Brasil Mulher E Nós Mulheres. Orígenes Da Imj>rensci Feminista Brasileiro*, publicado em 2003, que o período-pós 75, fez com que o primeiro jornal dirigido às mulheres e feito por mulheres o *Brasil Mulher*, fosse publicado através da Sociedade Brasil Mulher este jornal contou com 16 edições regulares e quatro denominadas “extras”, entre os anos de 1975 a 1980 O segundo, *Nós Mulheres*, também publicado pela Associação de Mulheres, teve oito edições, que circularam entre 1976 a 1978. Dessa forma, por simplesmente de estarem atrelados a uma associação já mostrava que os dois jornais eram instrumentos de total divulgação de coletivos de mulheres organizadas e, como tal, davam ênfase aos assuntos não veiculados pela imprensa oficial, que na época estava sob forte censura política, e isso refletiu no pensamento político da militância feminista.

Rosalina ainda cita que “As feministas militantes do Brasil Mulher’ e do ‘Nós Mulheres’ eram majoritariamente nativas da esquerda, muitas delas com passagem pela experiência da militância clandestino, da prisão, da tortura e/on do exílio. Desse modo, as concepções não foram diferentes dos motivos que as levaram a editar dois jornais e não apenas um, em uma mesma conjuntura, com tão poucos recursos financeiros e humanos:

É preciso recorder a análises do período para levantar hipóteses sobre essa decisão das feministas, a meu ver muito próximas em suas concepções do feminismo e da política. É preciso entender bem um processo que pode ser explicado, em parte, pela tendência às cisões, o que constitui uma marca da atuação política da esquerda nesse período. (CRUZ, 2003. p. 235).

Segundo Caroline Rios Costa em “*Ser Xlãe Na Ditadura*” - *A/Pfêi E Polític'a Cmninhcun De Mite.i Dallas*, publicado em 2020 essas mulheres além de militantes eram mães, e para elas com filhos já nascidos, ser pegas pela repressão significava que, em consequência de suas ações, seus bebês e crianças poderiam também ir junto. Os filhos das militantes eram usados nas sessões de tortura psicológica. Uma simples ameaça, on as mentiras que eram contadas, por parte de militares foi considerada o suficiente para que se desestabiliza aqueles que estavam sendo interrogados. E quando os filhos se encontravam, sob a tutela dos órgãos da repressão e, sobretudo nos centros de detenção, as militantes acabavam sendo desestabilizada ainda inais “São dilacerantes as histórias de dor que infligiam às mães, por ameaças feitas aos seus filhos durante sessões de tortura ou pela separação forçada das crianças”

Como exemplo a ser citado das presas políticas nessa condição de mãe, temos o caso de Rosalina Santa Cruz. Foi presa em 1974, e tinha um bebê de 5 meses que estava

em fase de amamentação e descobriu durante uma sessão de tortura que estava grávida.

A tortura de Rosalina foi dupla, conforme ela denuncia no depoimento a seguir:

Nesse momento, o cara do Niterói me chama e me leva para uma sala e diz para mim e para o Geraldo: 'Você está grávida?', eu não sei. Então, começou a vir na minha cabeça: 'liu atrasei minha menstruação, eu estou grávida.' (...) Aí o cara insistia, [mas] o pessoal do DOI-CODI chegou e me prendeu numa parede e me dava murro na cabeça, só na minha barriga. Geraldo algemado, no chão, só olhando, até que eu sangrei ao descer, assim. e eles disseram "Ah, está vendo? Comunista não é para ter filho. É, entretanto a pior tortura nessa segunda prisão foi o fato de ter um bebê de cinco meses. (...) que ficou por três dias sem poder dos policiais, trancado no nosso apartamento. (...) Sem poder mamar e acostumado a ter a mãe por perto. (...) os policiais torturadores pegaram o Andre e amçaram jogá-lo pela janela. (Depoimento de Rosalina, CNV. 2014)

A militância política e a repressão que Amelinha viveu foram intensamente marcadas pela maternidade, onde a dor sofrida não estava apenas presente nas marcas que ficaram em seu corpo, mas também estavam naquelas invisíveis a olho nu da violência psicológica que seus filhos passaram.

Meus filhos Janaína e Edson foram usados pelos bárbaros e boçais opressores. como instrumentos de tortura psicológica, pois a todo tempo os "militares" diziam a mim e ao César que nossas crianças também seriam torturadas e mortas. (...) Era muito doloroso para mim e para o Cesar saber que nossas crianças eram obrigadas a não só assistir os horrores das torturas cometidas nos porões da ditadura contra os pais e contra todos os presos políticos, mas também eram obrigadas a ficar confinadas/presas numa delegacia de polícia atípica, que serviu de aparelho político repressor. (Depoimento de Amelinha, FGV. 2015)

A forma como as mães militantes e os filhos eram afetados pela ditadura ficou fortemente interligada, dessa forma, para Costa (2020), não há como pensar sobre uma mãe militante sem considerar a outra; "a vida de uma mulher que era militante e mãe não é mais somente sua. A partir deste momento cada passo, atitude e decisão dependiam desta condição. Logo, a liberdade está decisivamente modificada" Era precisamente ao se valer deste fato que oficiais da repressão e torturadores agiam de forma peculiar em interrogatórios e torturas psicológicas. Amelinha conta também que:

Edson e Janaina foram testemunhas dos gritos de dor dos presos políticos sendo torturados e, principalmente, do meu rosto transtornado, de tal modo que só fui reconhecida pelo Edson quando ele me reconheceu, chamando-me pelo nome, identificando-me pela voz, uma vez que eu estava deformada em função das químicas provocadas pelas torturas. (Depoimento de Amelinha, FGV. 2015)

Maria Amélia de Almeida Teles, teve dois filhos durante sua militância nos anos 60. Quando presa em 72, Amelinha foi surpreendida por seus filhos dentro da sala em que estava sendo torturada:

Na tarde desse dia, por volta das 7 horas, foram trazidos sequestrados, também para a OBAN, meus dois filhos, Janaina de Almeida Teles, de 5 anos, e Edson Luiz de Almeida Teles, de 4 anos. Quando fomos mostrados a eles com as vestes rasgadas, sujos, pálidos, cobertos de hematomas. (...) Sofríamos ameaças por algumas horas de que nossos filhos seriam molestados. Mas com certeza a pior tortura foi ver meus filhos entrando na sala quando eu estava na madeira do dragão. Eu estava nua, toda urinada por conta dos choques. Quando me viu, a Janaina perguntou: 'Mãe, por que você está azul e o pai verde?'. O Edson disse: 'Ah, mãe, aqui a gente fica azul, né?'. Eles também me diziam que iam matar as crianças. Chegaram a falar que a Janaina já estava morta dentro de um caixão. (Depoimento de Amelinha, FVG. 2015)

Para Amelinha, e assim como tantas outras mães militantes, o mero fato de ser militante e mãe foram um dos fatores específicos para violência sofrida. Logo, a construção social do laço afetivo entre mãe e filho, era uma ideia idealizada de maternidade, ou seja, o fato de dizer que existe uma ousadia de que toda mulher mãe é capaz de qualquer coisa por seus filhos, e isso foi usado contra elas nos porões da ditadura. E esse episódio de que “a idealizada relação mãe/filho, que é tão valorizada no imaginário da sociedade brasileiro, foi o que provocou impacto nos guardiões das prisões e não apenas neles”

Portanto, quando se deparavam com mães militantes, tinha que haver uma distinção entre as que estavam grávidas e as que já tinham seus filhos, pois isso mudava a postura nos porões. Desse modo, as mulheres grávidas tinham um tratamento e uma tortura específica cujo seu objetivo final era provocar um aborto, já as mães de crianças nascidas tinha que presenciar seus filhos sendo usados como instrumentos de tortura psicológica.

Isso de acordo com os relatos recolhidos pela Comissão Nacional da Verdade de inúmeras ex-presas políticas, isso nos leva a perceber que a tortura era usada de forma instrumentalizada e particular para aquelas mulheres, da qual tinham um propósito de alterar a visão da maternidade, ou seja, as partes que eram mais atingidas “particularmente eram aos órgãos genitais e reprodutores, com choques elétricos na vagina para que assim elas ficassem estéreis, tinham seus seios mutilados e ainda tinham que sofrer golpes no abdômen cujo objetivo era explícito para impedir a reprodução biológica do que para eles era o inimigo, ou seja, o nascimento de ‘inimigos comunistas’ no mundo”

3.5 Os órgãos de repressão, atualidade, negacionismo e mulheres “sexo frágil”.

Os órgãos de repressão foram criados pelo regime interno do Exército com assinatura do presidente da República Emílio Médici em 1970, e seu objetivo principal era de combater as organizações de esquerda. Como exemplo está a Operação Bandeirantes que foi uma ação que era coordenada pela inteligência militar durante o regime militar brasileiro, teve início em 1969. Tinha como objetivo a repressão a grupos de oposição política e movimentos sociais. A Oban é vastamente conhecida por seu envolvimento em sepulturas de direitos humanos, incluindo prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados.

Segundo o site Memórias da Ditadura, o crescimento da guerrilha, entre os anos de 1968 e 1969, fez com que o governo busca-se um sistema mais poderoso para que assim pudesse combater os revolucionários que estavam pegando nas armas para fazer a revolução. Para isso, se integrou os diversos serviços policiais de repressão política, para além dos considerados tradicionais como o Dops (Delegacias ou Departamento de Ordem Política e Social) estaduais.

A primeira experiência que estava ligada a esse sentido foi a Operação Bandeirante (Oban), um esquema considerado ágil, e tinha que manter um financiamento privado de empresários paulistas, que era para combater a guerrilha de esquerda em particular. A Operação Bandeirantes foi criada porque naquela época não existia um órgão como a Polícia Federal que é estruturada nacionalmente, já os Dops estaduais eram mais centralizados em ações regionais, onde tornava-se combatentes das guerrilhas nos primeiros anos do regime, era uma atividade meio que irregular e sem métodos integrados.

A Oban se consolidou em um método de “sequestro-tortura-execução” e tinha como princípio o combate a “motim”, que atingia aqueles que combatiam a luta armada e também a rede de apoio direto e indireto das organizações clandestinas. Primeiramente, entre 69 e 73, o modelo Oban-DOI-Codi tinha como foco ações contra a guerrilha urbana e rural, depois se retrocedeu contra partidos e grupos de esquerda, ou seja, aqueles que não tinham aderido à luta armada.

Dessa forma, tinha-se uma estrutura branda, que era composta por militares, policiais civis e policiais militares. Onde ambos tinham a ideia de liberdade de ação, e que fosse além de qualquer limite jurídico ou burocrático. Henning Boilesen, um executivo do grupo Ultra, junto com outros empresários, tinha organizado um caixa para

colocar dinheiro que seria usado para combater o comunismo com os métodos cruéis de tortura e as práticas de execução e desaparecimento. Os militares eram inexperientes na atividade propriamente policial. Isso fez com que logo se destacasse um delegado da polícia civil de São Paulo, Sergio Paranhos Fleury, considerado um cruel líder do Esquadrão da Morte.

Entretanto, a Operação Bandeirantes, tinha com eficácia comprovada a exterminação de guerrilheiros, que não agradava a cúpula militar, e isso causava uma imensa preocupação a seus comandos e a hierarquia. Desse modo, o uso de policiais assassinos e corruptos no combate à guerrilha poderia gerar um preço político e jurídico para o futuro. Por fim, nos anos 70, a Oban passou a ser transformada em numa estrutura com mais organização, hierárquica e com submissão formal aos comandos militares de cada Exército.

Em função disso o sistema “DOI-Codi” (Destacamentos de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna) foi criado. Pois, antes do seu surgimento, cada uma das forças militares tinha seu serviço de informação e combate à guerrilha, que estava sob total responsabilidade do ministro militar.

Segundo o site Memórias da Ditadura, a partir do ano 1969 o Sistema de Segurança Interna no País (Sissegin) foi criado, e tinham como documento-matriz a “Diretriz para a política de segurança interna”, que foi lançado em julho de 69, e tinha como aparato a importância que o Conselho de Segurança Nacional chegou a ter em 68 eixos de poder no regime militar. Ou seja, o sistema era composto, essencialmente, pelos DOI-Codi de cada comando militar.

O site ainda diz que, o Brasil foi dividido em seis Zonas de Defesa Interna (ZDI), cada qual correspondendo mais ou menos às regiões geográficas, subordinadas a um comandante militar. Cada conselho era de formação flexível, e que podia ser integrado por militares e civis sejam eles governadores, prefeitos, secretários de segurança.

O Conselho de Segurança Nacional foi um órgão máximo criado para administrar a segurança nacional no período do regime militar, e era presidido pelo presidente da República para então assessora e tomar decisões de estratégia na área de segurança. Como exemplo, em uma de suas reuniões, da qual foi apelidada de “missa negra” por jornalistas, ficou decidida a divulgação do Ato Institucional N°5 (AI-5).

Desse modo, os Codi estavam simplesmente “subordinados ao chefe do Estado Maior do escalão correspondente”, conforme estava o general Fiuza de Castro, e também visavam fazer uma articulação com todos os quadros e agências de encarregados da

repressão em uma determinada área. Os DOI eram considerados como o destacamento de combate, capture e interrogatório militar.

O site Memórias da Ditadura ainda complementa que o tema tem sido muito importante para historiografia, ou seja, a importância do tema é precisa, mas não custa insistir. Logo, a pesquisa das condutas e maneiras em relação à ditadura é essencial para o conhecimento tanto da preparação quanto do funcionamento do Estado autoritário e também do processo de transição democrática. Especialmente nas classes médias e superiores, ou seja, o público principal das Marchas.

E também não é por coincidência que entre os mesmos grupos encontram-se as pessoas mais sensíveis aos discursos anticomunistas-antipetistas de hoje, e os maiores entusiastas do impeachment de 2016, que levou a também vítima civil Dilma Rousseff a deixar seu cargo de Presidente da República. Dilma foi presa em 1970 e submetida a torturas pela Oban e DOPS, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. As torturas aplicadas a ela foram o pau de arara, a palmatória, choques e socos, que causaram problemas em sua arcada dentária. No final das contas, foi condenada a seis anos e um mês de prisão, além ter os direitos políticos cassados por dez anos. No entanto, conseguiu a redução de sua pena junto ao Superior Tribunal Militar (STM) e saiu da prisão no final de 1972.

Entretanto, é preciso deixar bem claro que o governo de João Goulart também contava com muito apoio popular. É complicado dizer com os dados disponíveis quem contava com mais apoio às vésperas do golpe, pois isso ocorreu sob forte polarização política. Do mesmo modo, é importante lembrar que a grande imprensa e outras instituições fizeram forte barragem discursiva em favor da queda de João Goulart. De acordo com o site ao sair dos quartéis as Forças Armadas desequilibravam a situação e promoviam a derrubada de Goulart, por isso seu papel foi essencial no golpe.

O apoio de certos setores da sociedade não altera o fato de 1964 ter sido um golpe para as instituições estabelecidas e uma ação opressiva. Contudo, este reconhecimento realça o fato de que os militares não estavam a agir sozinhos. Além disso, nem todos os apoiadores da derrubada de Goulart pretendiam que uma ditadura se seguisse. Eles foram enganados. É importante ressaltar que a ditadura enfrentou desafios significativos em termos de popularidade nos anos que se seguiram ao golpe. Muitas pessoas que aplaudiram a intervenção militar em 1964 protestavam nas ruas contra o autoritarismo em 1968. Consequentemente, o nível de apoio à ditadura variou

muito ao longo do tempo, embora os meios de medi-lo não fossem viáveis, ou seja, as eleições foram manipuladas, os candidatos poderiam ser detidos ou cassados antes das eleições, alguns eleitores optaram pela abstenção porque não tinham fé no processo e a propaganda eleitoral foi restringida.

Pessoas que negam a existência da ditadura argumentam que ela realizou eleições regulares para vereadores, deputados, senadores e prefeitos de cidades selecionadas. No entanto, estas eleições estiveram longe de ser justas, pois ocorreram constantes intervenções autoritárias, prisões e impeachments, tornando o processo eleitoral precário. Além disso, as pessoas não podiam votar em cargos importantes, como presidente, governador ou prefeito da capital. As táticas eleitorais da ditadura só funcionavam quando ela exercia o poder. Diante do risco de perder o controle, o governo recorreu a intervenções autoritárias, como nos casos do AI -2 e do AI-5. Em última análise, a ditadura foi o resultado do firme domínio do poder por parte dos militares e dos seus apoiantes, o que impediu a oposição de ter qualquer oportunidade real de inverter a maré.

Sob a ditadura, as mulheres que participaram em movimentos de resistência foram sujeitas não só à grave violência estatal, mas também à supressão da sua identidade de gênero no âmbito de militância política. Ao lutarem contra a ditadura, os militantes de esquerda trabalharam incansavelmente para confrontar e desafiar diversas formas de preconceito, tanto nas esferas públicas como privadas. Só na década de 1970, quando foram exiladas, inspiradas pelo feminismo europeu, se organizaram, é que ocorreu uma mudança de atitudes. Começaram a desenvolver um quadro ideológico destinado a dismantelar as estruturas de dominação e opressão masculina e, em última análise, a erradicar completamente as hierarquias sexuais.

Portanto, as diferenças de gênero passaram a ser definidas devido a uma organização de grupos feministas de quais seus objetivos eram específicos, ou seja, o direito pela igualdade entre homens e mulheres. Pois, cada ser humano é considerado a história das suas relações sociais, logo, cada um dos gêneros possui suas características e potencialidades. E que cada indivíduo configura sua identidade pelas relações sociais que vivenciam.

Para Scott (1995) a conceituação de gênero pode ser entendida como um processo de construção/reconstrução das práticas das relações sociais que mulheres e homens exercem ou vivenciam na sociedade. A necessidade de definir “gênero” adveio quando da tentativa de explicar desigualdades sociais. O gênero feminino, entendido

historicamente como submisso, era utilizado para reforçar o afastamento da participação das mulheres na vida pública, ou simplesmente incluí-las sem nomeá-las.

O termo gênero também rotula as mulheres de forma neutra. Por que o gênero é um elemento construtivo das relações sócias e pode ser uma forma importante de explicar as relações de poder. A Neutralização das mulheres é construída socialmente e permiti mostra-las como frágeis e incapazes de coisas de homem, isso para justicar a submissão masculina. Por outro lado, como nos mostrou as histórias esse sexo frágil não fez com que tivesse diferencia entre homens e mulheres.

Para Caroline Rios Costa, o gênero feminino foi um marcador decisivo em suas experiências públicas e políticas. Ao não se contentarem com o lugar imposto pela repressão on pelo patriarcado, elas nos mostram que a rna é lugar de mulher sim, e que se deve lutar como uma garota. As histórias dessas mulheres mãe militantes ensinam que a força existente dentro do corpo feminino é grande e é capaz de abalar estruturas sólidas. Também através dos casos analisados, além de inúmeros outros que constam nos relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade e comissões estaduais, foi possível perceber a vivência específica que mulheres-mães estavam sujeitas ao se encontrarem com o aparato repressivo. Nessa situação a condição de mãe foi utilizado de forma sistemática e contínua ao longo dos 21 anos de ditadura, como elemento para a violência moral, psicológica e física contra aquelas que divergiam do status tal autoritário e patriarcal.

Quando estudamos a história de mulheres como Dirce Machado da silva, Maria Amélia de Almeida Teles e Rosalina de Santa Cruz Leite, percebemos que suas vidas foram de dedicação ã luta política, sem deixarem de construir famílias, pois eram mulheres mãe, trabalhadoras, donas de casa, esposas e militantes e como tais alvos de violência repressive assim com os homens.

Na atualidade, essas mulheres ainda seguem com suas vidas ativa. Dirce Machado, ainda segue os mesmos ideais. Maria Amélia, atualmente é coordenadora do Projeto Promotoras Legais Populares e integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Já Rosalina de Santa Cruz, é formada em assistência social, atualmente é professora da PUC-SP, militante feminista e ativista dos Direitos Humanos.

Em suma, a militância política da mulher-mãe pôde causar diversas consequências para ela, como a prisão, a tortura e o exílio. Contudo, é impossível não reparar que tais riscos e que a própria militância em si afetam a forma como acontece e se manifesto a maternidade. As diferentes realidades existentes em meio ã repressão da ditadura

qualificavam de forma particular a experiência destas mulheres, explicitando ainda mais sua truculência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres que defenderam suas concepções políticas e ideológicas e que eram contra o regime ditatorial no Brasil dos anos 1964 à 1955, foram rigorosamente atingidas pela estrutura repressiva. As violências praticadas contra elas eram baseadas em gênero, já que, para além das violências psicológicas, físicas, os estupros e outras violências eram constantes realizadas contra elas.

A pesquisa buscou investigar a atuação das mulheres na militância política durante a ditadura militar, a partir de um foco em algumas experiências de mulheres, o que permitiu uma ligação com as questões que estavam vinculadas as relações de gênero, como a participação feminina nos movimentos, bem como as suas relações familiares, privada e pública que ocorreram na sociedade daquela época.

A trajetória das mulheres que estudamos, demonstraram que suas concepções políticas, tinha como objetivo uma sociedade que fosse mais justa e igualitária. Isso custou a elas diversas formas de repressão concretizadas nas seções de torturas que marcaram seus corpos e mentes. O seguinte trabalho fez menções as experiências e depoimentos de mulheres, como Dirce Machado da Silva, Maria Amélia de Almeida Teles e Rosalina de Santa Cruz Leite, colhidos pela Comissão Nacional da Verdade e Fundação Getúlio Vargas, onde elas relataram com detalhes os seus engajamentos nos movimentos ocorridos no período ditatorial, enquanto que “outras” silenciaram por traumas ou por motivos não mencionados.

O traço que une essas mães, além dos outros milhares de atingidos pelo regime ditatorial é a condição de mães, A gravidez não foi poupada, assim como crianças inocentes foram violentadas por quem deveria oferecer proteção e segurança. Por motivos que mudam de época para época, a ameaça escolhida para o momento não tem rosto, tem apenas alvos indistintos.

Para as mulheres militantes mães, o gênero foi um fator decisivo nas experiências públicas e políticas. Pois as mesmas não se contentavam com o lugar que era imposto a elas pela repressão ou pelo patriarcado, que era de esposas e de mulheres dona de casa.

Suas histórias e trajetórias mostram que a rua é lugar de mulher, e que se deve lutar pelos direitos. As suas histórias relatadas em depoimentos ensinam que a força que existe dentro do corpo feminino é capaz de abalar estruturas sólidas. Através dos casos que foram analisados nesse trabalho, além de inúmeros outros que constam nos relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade e Fundação Getúlio Vargas, foi possível perceber que a vivência específica que essas mulheres-mães estavam sujeitas ao se encontrarem com o aparato repressivo. E de que a maternidade foi totalmente utilizada, de forma sistemática e contínua ao longo dos 21 anos do regime militar brasileiro, como instrumento de violência moral, psicológica e física contra mães militantes que divergiam do Sféifitr autoritário e patriarcal.

Esse trabalho visa contribuir com a história social, com o propósito de alerta e de entendimento das questões de violências que ainda hoje assombram a vida das mulheres no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no **Brasil** (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Dirce Machado da Silva / Comissão Nacional da Verdade. CNV, 2012.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Rosalina de Santa Cruz Leite / Comissão Nacional da Verdade. CNV. 2014.

BRASIL, Fundação Getúlio Vargas. Maria Amélia de Almeida Teles / Fundação Getúlio Vargas. FGV, 2015.

BRASIL MULHER: luta feminista por liberdade e anistia. Site **Brasil de Fato**. Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/21/brasil-mulher-luta-feminista-nor-liberdade-e-anistia> > Acesso em: 01/10/2025.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. VIII congresso Luso-afro-brasileiro de ciências. Coimbra. 2004.

COSTA, Caroline Rios. “Ser mãe na ditadura” — afeto e política caminham de mãos dadas. Revista outras fronteiras, Cuiabá, vol. 8, n.2, ago./dez., 2020.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. Nas Trincheiras: Luta pela Terra dos Posseiros **de Formoso e Trombas (1984-1964)** — Uma Resistência Ampliada. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em História Social/Contemporânea) — Faculdade de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan /abr. 2017.

FICO, Carlos. Ditadura **Militar**: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. Revista Tempo e argumento, Florianópolis, v.5, n.10, julho. /dez.2013. p.464-483. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Brasil** Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. In: Revista de Estudos Feministas, 2003, vol. 11, n. 1, pp. 234- 241.

MARINHO, Ana Júlia Sousa; FONTES, Luiza Louback; REBELATTO, Martha; SOARES, Paula Elise Ferreira. **SER MULHER COMUNISTA: DIRCE MACHADO, A CULTURA E POLÍTICA COMUNISTA E A REVOLTA CAMPONESA DE TROMBAS E FORMOSO (1955 - 1964)**. IX Seminário de Iniciação Científica do IFMG — 07 a 09 de julho de 2021, Planets IFMG.

MEDEIROS. Luciene Alcina de. Em briga de marido e mulher, o Estado deve meter a colher: políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2018.

MEMÓRIAS DA DITADURA: Mulheres. Site Memórias da Ditadura. Disponível em < <https://memoriasdaditadura.ore.br/mulheres/> > Acesso em: 06/10/2023.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Org.). Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

Retrato da Repressão Política no Campo — **Brasil 1962-1985** — Camponeses torturados, mortos e desaparecidos / Ana Carneiro; Marta Ciocari; — Brasília: MDA, 2011. 360p.; 21 x 27,8 cm.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN / Maria Cláudia Badan Ribeiro. — 1. Ed. — São Paulo: Alameda, 2018.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Tempo Social, São Paulo, v. 2, n. 2, 1990.

ROSALINA SANTA CRUZ — MELO, A. I. S. C; CESAR, M. J. Rosalina Santa Cruz*: uma trajetória radical de lutas e resistência. EM PAUTA, Rio de Janeiro _ Jul/dez 2022 _ n. 50, v. 20, p. 287 — 301.

SILVA, Betânia Maria Ramos da; STAMPA, Inez. **MULHERES, DITADURA E RESISTÊNCIA!** Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. Educação e Realidade. Vol. 20, n. 2, 1995 pp. 71-99. Disponível em <https://xa.yime.com/kg/eroups/23533422/1081670143/name/G%C3%AAneroJoan-Scott.pdf>. Acesso em 20 set 2023.

TELES, Maria Amelia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a **ditadura**. RIDH, Bauru, v.2, n.2, p. 9-18, 2014.

TELES, Maria Amelia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. Revista Direito FGV, São Paulo, v.11, n. 2, p.505-522, jul./dez. 2015.